ARNALDO NISKIER

Escritor. Membro da Academia Brasileira de Letras

O descompasso acadêmico perante a corrida algorítmica

O avanço vertiginoso das ferramentas de inteligência artificial generativa no ambiente universitário expõe um descompasso preocupante entre a velocidade das transformações tecnológicas e a capacidade de resposta das nossas instituições de ensino superior. Recente relatório da Universidade de Stanford revela que o uso da IA por universitários brasileiros saltou de 52% em 2023 para expressivos 84% dois anos depois, evidenciando uma adesão maciça e irreversível por parte dos estudantes.

Em contrapartida, a regulamentação desse ecossistema digital pelas universidades avança a passos lentos. Pesquisa realizada em 111 instituições públicas de ensino superior — estaduais e federais — identificou apenas 27 documentos oficiais disciplinando o tema. Esse cenário de assimetria estende-se ao setor privado, onde se observam estágios desiguais de maturidade institucional: enquanto universidades como a Unicamp e a UFMG já contam com diretrizes consolidadas, outras, a exemplo da UFRJ, ainda se encontram em fase de consulta às suas comunidades.

Tal panorama deve passar por profunda mudança a partir do recente parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) que, uma vez homologado, exigirá de todas as instituições a adoção de políticas formais de integridade acadêmica em até doze meses. O grande desafio, no entanto, transcende a mera formalização burocrática; reside no equacionamento da segurança da informação, na responsabilização do usuário e nas necessárias adaptações pedagógicas. Experiências pioneiras, como a da Unicamp, vedam o compartilhamento de dados sigilosos e estabelecem que a autoria permanece estritamente humana, cabendo ao estudante a inteira responsabilidade ética sobre o conteúdo final gerado.

O debate ganha contornos filosóficos e pedagógicos ainda mais profundos. Se para alguns especialistas a ideia de autoria "pura" cede espaço à capacidade de edição crítica do resultado algorítmico, para outros a proliferação de trabalhos impecáveis na forma, porém desprovidos do traço autêntico do aprendizado, acende um sinal de alerta nos cursos das áreas humanas. A universidade não pode permanecer engatinhando enquanto a inteligência artificial corre a passos largos. É urgente conciliar a inovação com o rigor intelectual, garantindo que o progresso técnico fortaleça, e jamais substitua, o pensamento crítico e a formação humana.

LUCIANA LÓSSIO

Advogada, ex-Ministra do Tribunal Superior Eleitoral e ex-Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos Humanos.

Representação feminina: o avanço civilizatório das eleições de 2026

As eleições de 2026 deixarão marcas importantes na história política brasileira, especialmente pelo crescimento da representação feminina nos espaços de poder. Os resultados revelam avanços expressivos tanto no Congresso Nacional quanto nos Executivos estaduais.

A partir de fevereiro de 2027, a Câmara dos Deputados contará com 109 mulheres entre seus 513 integrantes: 19 a mais do que em 2022. Um crescimento de 21,1%! No Senado Federal, 12 mulheres foram eleitas entre as 54 vagas em disputa. O maior número em um único pleito desde a redemocratização! Consideradas aquelas cujos mandatos prosseguem, a bancada feminina alcançará, 18 das 81 cadeiras da Casa.

O avanço também alcançou os Executivos estaduais. Nas eleições de 2026, três mulheres foram eleitas governadoras: Mailza Assis, no Acre; Celina Leão, no Distrito Federal; e Raquel Lyra, reeleita em Pernambuco. O resultado iguala o recorde de 2006, há duas décadas, e supera as duas governadoras eleitas em 2022. Embora ainda representem apenas três das 27 unidades da Federação, essas conquistas demonstram que a ampliação da participação feminina começa a alcançar também os mais altos postos de comando político.

Os números são históricos e merecem celebração!

O avanço da presença feminina nos espaços de representação política consiste em um movimento relevante para o amadurecimento da democracia brasileira.

Mais mulheres ocuparão o Parlamento brasileiro, em um importante passo na superação de uma realidade historicamente marcada pela presença majoritariamente masculina nos espaços de poder. Ouso dizer que os resultados das eleições de 2026 podem ser compreendidos como expressão de um avanço civilizatório.

A democracia não se esgota na realização periódica de eleições, tampouco na garantia formal de que todos possam votar e ser votados. Uma democracia verdadeiramente representativa pressupõe que diferentes parcelas da sociedade tenham condições concretas de acessar os espaços de decisão.

Sob essa perspectiva, ampliar a presença feminina na política não constitui uma agenda de mulheres para mulheres. Trata-se, antes, de respeito à qualidade e à própria representatividade da democracia.

Esse avanço tampouco surgiu espontaneamente. Nas últimas décadas, o Brasil construiu, não sem resistência, mecanismos destinados a enfrentar obstáculos históricos à participação feminina na política. Após a política de cotas de candidaturas seguiram-se regras destinadas à distribuição de recursos e de tempo de propaganda.

A Emenda Constitucional nº 117/2022 consolidou a destinação mínima de 30% dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e da parcela eleitoral do Fundo Partidário às candidaturas femininas, além de assegurar percentual correspondente do tempo de propaganda eleitoral gratuita.

Paralelamente, a Justiça Eleitoral passou a enfrentar com maior rigor práticas que transformavam a política afirmativa em mera formalidade, especialmente com as candidaturas fictícias utilizadas para o cumprimento artificial da cota de gênero.

Há, portanto, uma construção institucional por trás desse crescimento, a demonstrar que desigualdades historicamente consolidadas dificilmente são superadas apenas pela passagem do tempo. A abertura dos espaços de poder exige a identificação das barreiras existentes e a construção de mecanismos capazes de reduzi-las.

Os números mostram que esse processo começa a produzir frutos concretos. As mulheres representarão 21,2% da Câmara e 22,2% do Senado. No cenário internacional, o Brasil deverá avançar, em projeção, da 135ª para a 120ª posição no ranking da União Interparlamentar (IPU).

Mais do que estabelecer novos recordes, esses números revelam uma trajetória de ampliação da participação feminina na política brasileira.

Mas não é suficiente. Precisamos avançar mais e rápido. Ainda não alcançamos sequer os 30% trazidos pela legislação. Lembrando que a meta é a paridade de 50%, anseio de, ao menos, mais da metade do eleitorado brasileiro, já que as mulheres representam 52,8%.

A presença crescente das mulheres no Parlamento contribui para que aquilo que durante décadas foi excepcional se torne, progressivamente, parte natural da vida política do país. Há momentos em que os números deixam de ser apenas números para revelar transformações mais profundas — e o crescimento da representação feminina nas eleições de 2026 parece ser um deles.

WALTER PINHEIRO

Economista, jornalista e presidente da Tribuna da Bahia.

O desafio de reconstruir a confiança nas instituições e devolver à democracia o equilíbrio entre os Poderes

No último domingo, 120 milhões de brasileiros foram às urnas para escolher entre Luíz Inácio Lula da Silva e Flávio Nantes Bolsonaro qual deles ocuparia a Presidência da República nos próximos 4 anos. Com uma diferença de 4,4 milhões de votos, Lula venceu.

Foi uma disputa renhida, marcada por acusações e até xingamentos, episódios de acirramento político, estratégias questionáveis e pouco espaço para o debate sereno de ideias e propostas. Uma campanha que, em diversos momentos, se distanciou do espírito democrático que deve orientar a escolha dos destinos de uma Nação.

Que este resultado represente, acima de tudo, o encerramento de um ciclo de confrontos institucionais e de desgastes que comprometeram a confiança da população nas instituições republicanas. Que fique para trás um período em que a luta pelo poder ultrapassou os limites do debate político e alcançou até o Poder Judiciário, cuja credibilidade pública restou abalada.

A democracia não se sustenta apenas pela realização de eleições. Ela exige respeito à Constituição, observância das leis, liberdade de expressão e, sobretudo, independência e harmonia entre os Poderes da República.

Quando Montesquieu, no século XVIII, consolidou uma das formulações mais influentes para separação dos Poderes, visou a contenção do arbítrio e à preservação das liberdades individuais. Ao Legislativo cabe elaborar as leis e fiscalizar o Executivo; ao Executivo, administrar o Estado e executar as políticas públicas nos limites da legislação; e ao Judiciário, interpretar e aplicar o Direito, assegurando o cumprimento da Constituição e das leis.

Não se trata de uma divisão meramente formal. É um sistema de freios e contrapesos, concebido para impedir que qualquer Poder se sobreponha aos demais ou transforme sua autoridade em instrumento de dominação.

Embates entre o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto são normais. A divergência, quando respeitados os limites constitucionais, é parte legítima da vida democrática. O problema surge quando o conflito deixa de servir ao aperfeiçoamento das instituições e passa a alimentar crises permanentes, insegurança jurídica e desconfiança social.

Na última década, o protagonismo do Poder Judiciário — especialmente do Supremo Tribunal Federal — tornou-se objeto de intenso embate nacional. Decisões judiciais, interpretações constitucionais e intervenções em conflitos políticos passaram a dividir opiniões e a suscitar questionamentos sobre os limites da atuação de cada Poder.

Uma democracia não impõe concessões do Judiciário à vontade política de ocasião, tampouco admite que qualquer instituição permaneça imune à crítica. Exige, isto sim, que todos se submetam à Constituição, que as decisões sejam fundamentadas e que a autoridade pública seja exercida com responsabilidade, transparência e respeito às garantias individuais.

É nesse ambiente que o presidente reeleito recebe a difícil missão de promover a pacificação nacional, recuperar a confiança nas instituições e estimular condições favoráveis ao desenvolvimento brasileiro.

O desafio será governar para todos, inclusive para aqueles que não lhe deram o voto. Será necessário conciliar forças políticas divergentes, respeitar a autonomia dos Poderes.

O cidadão que trabalha, investe, empreende e sustenta sua família espera muito mais do que promessas eleitorais. Quer segurança pública, educação de qualidade, assistência à saúde, oferta de novos empregos e preservação das Liberdades.

A eleição confere legitimidade para governar, mas não concede poder ilimitado. A força de uma Presidência não se mede pela capacidade de confrontar adversários, e sim pela competência de construir soluções, respeitar as regras democráticas e unir o País em torno de objetivos comuns.

É hora de substituir o ressentimento pela responsabilidade, o radicalismo pelo diálogo e a implantação de novas pontes que conduzam a caminhos seguros. O Brasil não precisa de mais divisões. Precisa de liderança, equilíbrio, coragem administrativa e respeito às instituições.

Que os próximos anos sejam marcados menos pela discórdia e mais pela realização de reformas, pela modernização do Estado, melhoramentos na infraestrutura, pela ampliação das oportunidades e pela construção de um ambiente no qual, cada brasileiro, possa viver com dignidade e esperança.

Um novo Brasil não nasce apenas da vitória de um candidato nas urnas. Nasce quando a sociedade decide renovar seus compromissos com a liberdade, a justiça, a responsabilidade pública e o bem comum.

Que Deus ilumine os governantes e o povo brasileiro nessa caminhada!